

(Handwritten signature)

4 NOV 1988

Cadê o Congresso?

Villas-Bôas Corrêa

O pacto social vem rolando como bola de fogo do governo para as lideranças patronais e sindicais, chutada pelo radicalismo da CUT, encaixada pelo realismo da CGT. Só não chega ao Congresso, distraído na fruição das delícias do recesso branco, remuneradas com prodigalidade milionária dos que dissipam o dinheiro dos outros.



Ronda a área legislativa, frequentando como tema os discursos que se perdem no vazio do plenário às moscas e no arquivo morto do Diário do Congresso e é só.

É muito fácil e cômodo sacudir os ombros e descartar a responsabilidade com a desculpa ou a justificativa da campanha municipal, nos seus últimos dias decisivos, requisitando presença e gogó dos senadores e deputados para a maratona dos comícios. Não deixa de ser verdade. Mas, se a eleição de prefeitos e vereadores cobre a omissão do Congresso é o caso de indagar-se por que a Constituição, que tudo dispõe e tudo ordena, não determina a proibição de crise econômica, no agudo de véspera da hiperinflação, durante as campanhas?

Francamente, o argumento da prioridade da caça ao voto não é sério, não resiste uma avaliação crítica.

O Congresso está fora da crise por outras e múltiplas razões. A mais evidente é a profunda desorganização do quadro político, exposta na decomposição partidária que marcou a trajetória da Constituinte e no salve-se quem puder em que se transformou a eleição do próximo dia 15, no antecipado perfil dos resultados traçado pelas pesquisas das tendências de voto realizadas por várias empresas, confiavelmente coincidentes, nove fora as naturais e irrelevantes discrepâncias.

O eleitorado está se lixando para siglas e definindo sua preferência pelos candidatos, pelos critérios da simpatia pessoal ou pelas quizilas provincianas, as velhas pendengas locais.

Sem partidos estruturados e com um mínimo de consistência não há liderança que se sustente. A derrubada é geral, da hierarquia partidária ao comando parlamentar.

Por isso, quando se precisa do Congresso, dos partidos para participar de debate fundamental para a sorte do país e da transição democrática, assiste-se a grotesco jogo de empurra, verbalizado em patuá de Cantinflas.

Preliminares ridículas são levantadas com toda a solene mímica da larga e lenta gesticulação do Conde d'Abranhos: o Congresso não se deve envolver nos entendimentos para a montagem da proposta do pacto porque será convocado a decidir em última instância.

Mas, senhores, o Congresso é casa política, não tribunal que necessita proteger-se na redoma da imparcialidade. Nada impede e, ao contrário, tudo sugere a participação das lideranças em todo o curso da articulação, até como cautelar indicação da aprovação das soluções quando submetidas ao voto do Legislativo.

Desconversa, drible na verdade, a esquivia à canseira de debates prolongados, desgastantes e de êxito incerto.

Congresso, partidos, lideranças acostumaram-se às vantagens da crítica, do apoio barganhado mas resumido ao discurso e ao voto. Depois da marginalização dos anos de arbítrio, a virada devolveu a liberdade ilimitada da tribuna. Tempos deleitosos de brilho oratório e aplausos fáceis. Simples escapar de cobrança de ação pela tangente da deformante concentração de poderes no Executivo. O Congresso com atribuições reduzidas à insignificância, praticamente nada tinha a fazer além de botar a boca no mundo, no esgoelamento do protesto.

E foi nesse clima que funcionou a Constituinte, produzindo o texto que reflete o movimento pendular da reação: Executivo esvaziado e Congresso abarrotado de atribuições e poderes.

Da promulgação da Constituição até hoje, quase um mês decorrido, não aconteceu nada. O Congresso está ausente, sem quórum, na beira da crise.

Em período normal, de rotina, vá lá. Desculpava-se. Mas a crise engrossa, avoluma-se, infla no ponto do estouro. E cadê o Congresso?

A greve do funcionalismo público estica-se ao limite da insensatez. Amarrada no nó cego do direito de greve necessitando da regulamentação, expressamente prevista no texto constitucional. Pois o Congresso não se apressa e nem se toca. A greve que espere.

O pacto social pode não dar em nada. Mas é a primeira tentativa de acordo por iniciativa da sociedade, com adesão posterior do governo.

Só os políticos primam pela ausência, só o Congresso não dá o ar da sua graça. Ocupadíssimos com a campanha municipal.

O Congresso não tomou conhecimento dos seus poderes, não descobriu a Constituição nem se dispôs a cumprí-la.